

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE**  
2 **FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – MARÇO/2015**

3 Aos cinco dias do mês de março do ano de 2015, na sala 420 da unidade provisória da  
4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo,  
5 realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a  
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às  
7 nove horas e cinquenta e quatro minutos, após assinatura da lista de presença pelos  
8 membros (anexa). Prof. Daniel V. declarou que, como houve respeito ao período de  
9 recesso, quando não aconteceram reuniões da Congregação, tanto a pauta quanto a  
10 sessão de informes ficaram extensas, sendo que os informes, nesta reunião, serão dados  
11 antes da ordem do dia. O primeiro informe: **Apresentação dos Projetos Pedagógicos**  
12 **dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Pedagogia, após a aprovação no**  
13 **Conselho de Graduação** – Prof. Daniel V. informou que a Prof.<sup>a</sup> Regina Gualtieri, que  
14 apresentaria o PPC de Pedagogia, avisou que teve um imprevisto e não poderá  
15 participar da reunião e solicitou apresentá-lo na próxima reunião da Congregação.  
16 Prof.<sup>a</sup> Liana de Paula disse que o mesmo havia acontecido com a Prof.<sup>a</sup> Débora Maciel,  
17 de Ciências Sociais, ficando acordado que também esse curso apresentaria seu PPC na  
18 próxima reunião. Dito isso, Prof. Daniel Vazquez passou a palavra à Prof.<sup>a</sup> Francine  
19 Weiss, do curso de Letras, que destacou as principais mudanças que foram feitas:  
20 Letras era considerado como um único curso, mas a partir das primeiras avaliações do  
21 MEC foi desmembrado em oito cursos, sendo quatro Bacharelados e quatro  
22 Licenciaturas, todos com entrada comum, pelo SISU, com uma Área Básica de  
23 Ingresso (ABI) – ao final de quatro semestres, quando o aluno já tem maior maturidade  
24 intelectual e condições de escolha, faz a opção pelo Bacharelado ou Licenciatura.  
25 Seguiu explicando que as unidades curriculares são organizadas em grupos, cada qual  
26 com seu modo de funcionamento e apresentou as regras de integralização e carga  
27 horária, mostrando as diferenças entre a matriz curricular anterior e a reformulada, com  
28 cem vagas por turno. Informou sobre os alunos de língua estrangeira, que cursam  
29 sempre dez termos devido aos pré-requisitos necessários para tais cursos. Finalmente,  
30 ao falar das atividades complementares, defendeu a importância dessa formação, além  
31 do tempo em sala de aula. Prof. Daniel V. parabenizou-a pelo trabalho e chamou a  
32 Prof.<sup>a</sup> Izilda Johanson para fazer a apresentação do PPC de Filosofia. Prof.<sup>a</sup> Izilda, com  
33 a palavra, informou que a mudança mais relevante diz respeito à adaptação do curso  
34 para ingresso do aluno, também pelo SISU, pela ABI, com 60 vagas em cada período,  
35 30 para a Licenciatura e 30 para o Bacharelado, cuja matriz curricular teve pouca  
36 mudança. Declarou que os princípios norteadores do curso, que manteve seus dois  
37 eixos, o histórico e o temático, não sofreram alterações: são 60 por cento de unidades  
38 curriculares fixas e 40 por cento de eletivas; o curso não exige pré-requisito para as  
39 eletivas, a matriz curricular é livre, uma disciplina independe de cursar a outra, pois o  
40 grau de dificuldade é o mesmo; há uma matriz mínima, mas recomendam fazer as fixas  
41 antes das eletivas, pois procedendo assim, o aluno tem mais condições de escolher as  
42 eletivas. Seguiu dizendo que para passar ao quinto termo o aluno tem que fazer a opção

43 entre Bacharelado e Licenciatura e que a exigência é o cumprimento de 75 por cento da  
44 carga horária que os quatro primeiros Termos do curso pedem. Informou ainda que a  
45 formação específica do Bacharelado é bastante prática, com muitos seminários; ao final  
46 de cada disciplina, trabalha-se também com dissertação e monografia, razão pela qual  
47 não há TCC no curso. Por fim, disse que a Licenciatura sofreu mais mudanças na  
48 matriz curricular: a formação específica do licenciado ocorre em quatro Termos e em  
49 todo semestre deve-se cursar estágio curricular e mais uma disciplina de formação de  
50 professores – a ideia de formação do professor é trabalhada em um conceito amplo;  
51 informou que nos quinto e sexto termos houve alguns acréscimos e mudanças na matriz  
52 curricular, sem haver aumento da carga horária – entretanto, quem está se formando  
53 terá que fazer essa equivalência. O servidor técnico-administrativo Wellington das  
54 Virgens, com a palavra, lembrou do compromisso assumido de ajuste às novas matrizes  
55 curriculares, com a necessidade de que houvesse um trabalho junto à Prograd para que  
56 o sistema compreenda as especificidades de cada curso; com o curso de Filosofia há  
57 uma dificuldade de controle do sistema em contabilizar a carga horária e que para se  
58 formar na Licenciatura o aluno precisa de 2810 horas e como Filosofia, assim como a  
59 Pedagogia, prevê unidades curriculares de 75 horas, se o aluno cursar uma unidade  
60 curricular de 60 horas em outro curso, ele se forma, mas com uma carga horária de  
61 2795 horas, o que pode gerar algum problema para ele quando for estudar em outro  
62 lugar, por exemplo. Prof.<sup>a</sup> Izilda lembrou que alguns cursos têm carga horária de 75  
63 horas e outros de 60 horas e que um mesmo Domínio Conexo pode valer 90 horas para  
64 um aluno de Filosofia e 75 horas para um aluno de outro curso. Esse é um debate que  
65 existe desde o início dos trabalhos da Câmara de Graduação, mas não houve tempo de  
66 ajustar, pois foi preciso entregar as novas matrizes curriculares para a Prograd;  
67 declarou, por fim, que esse problema não é do curso de Filosofia e sim um problema  
68 técnico do campus. O servidor Wellington V. concordou que o problema é sistêmico e  
69 não da Filosofia, mas entende que, como representante técnico, tem que trazer os  
70 problemas técnicos para a Congregação. Prof.<sup>a</sup> Izilda agradeceu os esclarecimentos e  
71 lamentou que o técnico Wellington das V. não tenha levado esse problema para a  
72 Câmara de Graduação, na qual ele é representante. Prof. Daniel V. observou que tais  
73 questões devem ser encaminhadas para a Câmara de Graduação a fim de que sejam  
74 feitos os ajustes necessários a partir de um trabalho contínuo de avaliação e concluiu  
75 dizendo que Ciências Sociais e Pedagogia vão apresentar seus Projetos Pedagógicos na  
76 próxima reunião. Reiterou ainda que as novas matrizes curriculares demandarão um  
77 trabalho de organização, junto à Prograd, coordenado pela Câmara de Graduação do  
78 campus. Prof. Bruno Comparato disse que a Prof.<sup>a</sup> Débora falaria de uma questão  
79 importante: a colação de grau no campus tem sido tardia e isso prejudicada os alunos  
80 no ingresso à pós-graduação, devido à documentação exigida – e quando eles vão para  
81 outras instituições, ficam com as “sobras”, pois outros escolhem na frente. Prof. Daniel  
82 V. explicou que o calendário acadêmico é aprovado pelas Câmaras (de Graduação e de  
83 Pós-Graduação e Pesquisa) e esclareceu que tentou-se acertar com a Câmara de Pós-  
84 Graduação do campus que o Certificado de Conclusão da Graduação seja apresentado

85 no ato da matrícula, mas que por questões regimentais isso não foi possível e como as  
86 inscrições ocorreram antes da Colação de Grau do campus, houve indeferimentos.  
87 Lembrou que a Prograd tem um prazo de 60 dias para emitir a documentação de  
88 conclusão de curso e disse que no caso da Colação de Grau realizada ontem, a  
89 documentação só ficou pronta próximo à hora da cerimônia. O ajuste, portanto, deverá  
90 ser interno, com a mudança dos Regimentos dos Programas de Pós-Graduação do  
91 campus, para o que solicita o apoio dos docentes que atuam nos Programas de Pós-  
92 Graduação do campus. Prof.<sup>a</sup> Liana declarou que, além do impacto na pós-graduação,  
93 alunos que fazem Licenciatura e já estão dando aulas no Estado são prejudicados na  
94 atribuição de aulas no ensino médio. Disse que há uma demanda do curso de Ciências  
95 Sociais para tratar desse assunto com a Prograd, a fim de que esses alunos não sejam  
96 prejudicados. Prof. Daniel V. lembrou que há a Colação de Grau antecipada para  
97 contemplar os casos de estudantes que foram aprovados em concurso público e em  
98 Programas de Pós-Graduação de outras instituições, mas poucos alunos nos  
99 procuraram. Prof.<sup>a</sup> Rita Faleiros, com a palavra, relatou que quando fez Pós-Graduação  
100 na Faculdade de Letras da USP apresentou um documento emitido pela Seção de  
101 Alunos, que tinha validade para inscrição – o aluno assinava um Termo de  
102 Compromisso de que levaria os documentos faltantes, por isso acredita que possa haver  
103 uma solução interna. O servidor Wellington V. informou que no campus também se  
104 pode emitir esse documento assim que se lançam as notas na Pasta Verde, mas que  
105 alguns Programas de Pós-Graduação aceitam, e outros não. Continuou dizendo que é  
106 feito um trabalho junto à coordenação dos cursos para verificar quais alunos têm  
107 condições de se formar, para depois a Prograd fazer uma checagem, processo esse que  
108 demora e apresentou a sugestão de que esse processo seja descentralizado, pois a  
109 equipe do Apoio Pedagógico tem sete técnicos para dar conta do trabalho e que o setor  
110 tem a lista de quem pode colar grau com um mês de antecedência. A representante  
111 discente Priscilla Nogueira disse que os alunos que foram prejudicados chegaram a  
112 procurá-la e agora tentam encontrar uma “brecha” na lei que possa ajudá-los – ela acha  
113 que as coordenações de curso precisam ter sensibilidade para tratar essa questão, só  
114 exigindo os documentos no ato da matrícula, já que entre o processo seletivo e a  
115 matrícula há um prazo. Prof. Daniel V. reforçou que a Colação de Grau antecipada foi  
116 uma forma de resolver esses problemas. Passou então aos informes da Direção  
117 Acadêmica. Sobre a **situação orçamentária**: expôs que a Unifesp nunca “coube” no  
118 orçamento e sempre dependeu de créditos suplementares do Governo Federal que, por  
119 sua vez, sempre ficaram aquém dos recursos necessários; lembrou que na última  
120 reunião da Congregação foi apresentada a previsão orçamentária – mostrou os valores  
121 que ficaram em aberto em 2014 (R\$ 277.162,77) e esclareceu que, mesmo tendo sido o  
122 campus Guarulhos o campus com melhor execução orçamentária, dependeremos ainda  
123 de créditos suplementares. Declarou que a Direção Acadêmica está satisfeita porque a  
124 situação em Guarulhos não está tão ruim quanto em outros *campi*, mas que mesmo  
125 assim há uma preocupação, já que não começamos 2014 com a “gordura” que tínhamos  
126 no começo de 2013 e chegamos ao final do ano de 2014 com dificuldades. Apresentou,

127 então, alguns slides, apontando a necessidade de ajuste orçamentário de acordo com  
128 diretrizes propostas pela reitoria, reforçando que deve haver bom senso na utilização  
129 dos recursos e que já houve alguns ganhos com a revisão de contratos, como no caso  
130 do transporte institucional, mas que em contrapartida a não contratação de estagiários,  
131 por exemplo, prejudica setores que contam com poucos servidores. Seguiu dizendo que  
132 o momento é de união, de socorrer também os *campi* em pior situação, ao mesmo  
133 tempo em que estamos preocupados com a situação interna, por exemplo: receber um  
134 prédio de 20 mil metros quadrados vai exigir recursos para sua consolidação,  
135 especialmente se tivermos dois prédios funcionando ao mesmo tempo, o que aumentará  
136 gastos com vigilância e limpeza; lembrou que o término da obra nos Pimentas e o novo  
137 mobiliário demandarão mais recursos e informou que está em processo de licitação a  
138 reforma do Prédio do Arco. Finalizou a exposição dando uma boa notícia: houve uma  
139 emenda parlamentar, de autoria da Deputada Maria Lúcia Prandi (PT-SP) propondo um  
140 aporte de quatro milhões de reais para a informatização e modernização das bibliotecas  
141 na Universidade Federal de São Paulo que se encontra no Relatório Final do Projeto de  
142 Lei Orçamentária para 2015, sendo dois milhões para o campus Guarulhos e dois  
143 milhões para o campus Baixada Santista, dependendo ainda de liberação pelo poder  
144 executivo. Passou então ao informe sobre o **transporte**, dizendo que vai resumir o  
145 histórico, que é grande e será detalhado hoje à noite na Audiência Pública. Lembrou  
146 que a Ponte Orca foi uma solução temporária, pois as demandas sempre foram pela  
147 melhoria do transporte público. O término do convênio foi em setembro de 2014, com  
148 prorrogação de quatros meses e foram enviadas propostas à EMTU para que o  
149 convênio continuasse em moldes mais razoáveis para o campus, que não foram aceitas  
150 pela empresa. Disse que há muitas linhas de ônibus que servem o entorno da unidade  
151 provisória e que, além do reforço nessas linhas, foi pedida a criação de horários  
152 expressos em uma das linhas existentes, semelhante ao modelo da USP. A EMTU se  
153 comprometeu a estudar essa demanda para a criação de horários expressos. Declarou  
154 que o novo passe estudantil estadual é um fato novo que muda os pressupostos com os  
155 quais vínhamos trabalhando e frisou que a questão não é somente de falta de recursos –  
156 mesmo que houvesse, tem que haver bom senso no uso do dinheiro público e é difícil  
157 justificar a manutenção de gastos dessa natureza, no contexto atual, de um modelo de  
158 transporte que custava três vezes mais caro, mesmo diante dos 50% de desconto a que  
159 professores e alunos têm direito; isso poderia gerar apontamentos por parte dos órgãos  
160 de controle. Com a política do novo passe estudantil estadual, que trabalha com o  
161 critério socioeconômico, fica ainda mais complicado defender a continuidade desse  
162 serviço exclusivo e nos moldes em que vínhamos operando, já que estudos da PRAE  
163 indicam que a maior parte dos nossos estudantes se encaixa no critério socioeconômico  
164 previsto na Lei desse novo passe estudantil, que depende de autodeclaração dos  
165 estudantes, sendo que os demais têm gratuidade de cinquenta por cento da tarifa.  
166 Seguiu convidando a todos à reflexão e ao bom senso, informando que amanhã haverá  
167 reunião com a EMTU, com representação discente e da PRAE, para levar os problemas  
168 e as demandas, como a proposta de reforço das linhas de ônibus existentes e de criação

169 de linhas expressas que dão acesso ao campus. Esclareceu, por fim, que a gratuidade  
170 pode beneficiar alunos que não usavam a Ponte Orca, que há orientações no site do  
171 campus para a obtenção da gratuidade e que é importante continuar a luta por melhoria  
172 no transporte público. Passou então a falar sobre a obra nos Pimentas e que o fato de  
173 estar quase pronta requer ações para a sua consolidação, incluindo o Acordo de  
174 Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. Disse que apesar da  
175 proposta construída e pactuada com a comunidade acadêmica, a Prefeitura Municipal e  
176 a Reitoria, não houve avanços, o que indica um sinal amarelo. Esclareceu que o  
177 referido acordo ainda não foi assinado porque a Prefeitura não quer assinar antes que os  
178 terrenos do entorno sejam declarados de utilidade pública, pois isso geraria especulação  
179 imobiliária. Informou que é necessária uma ação política que garanta as condições para  
180 viabilizar o campus, com o comprometimento de todas as esferas de governo  
181 (municipal, estadual e federal), que há uma demanda da Direção Acadêmica para que a  
182 Reitoria leve esse pedido para Brasília, acionando o MEC com uma ação política que  
183 justifique o grande investimento que a Unifesp fez nesse campus. Disse ainda que os  
184 desafios são grandes e o momento é decisivo, devendo haver união de forças e não  
185 divisão interna e a Diretoria Acadêmica está permanentemente aberta à comunidade  
186 acadêmica para ouvir e dialogar. Finalizou o relato com a notícia de assaltos grandes à  
187 obra dos Pimentas e tentativas de entrada de pessoas estranhas naquele espaço. A  
188 empresa responsável pela obra contratou equipe de vigilância própria e com a  
189 urbanização do entorno deve melhorar esse problema de segurança. Prof.<sup>a</sup> Gabriela  
190 Ferreira, com a palavra, observou que mesmo com essa situação algumas condições  
191 mínimas têm que ser garantidas, pois a unidade provisória tem sofrido com problemas  
192 de comunicação: há falta de telefones, o que faz servidores usarem celulares  
193 particulares para resolver problemas de trabalho, indo fazer ligações na rua, já que o  
194 sinal é péssimo; a intermitência da Internet nos últimos dias causou um grande  
195 transtorno nos processos seletivos da Pós-Graduação de Ciências Sociais, a ponto de  
196 uma servidora ter que acessar o e-mail em uma lan house. Prof. Daniel V. afirmou que  
197 os problemas com Internet são pontuais, mas mesmo assim pede que o Diretor  
198 Administrativo, Thomás Oliveira, verifique esses casos junto ao setor de TI. Nesse  
199 momento Prof.<sup>a</sup> Cláudia Plens pediu a palavra para comentar sobre a moção do  
200 Departamento de História, declarando que apesar de todos já terem conhecimento das  
201 notas emitidas sobre o assunto gostaria de mais esclarecimentos sobre a verba perdida,  
202 que incidiu em sérias implicações para adquirir material para o Centro de Memória.  
203 Além disso, gostaria de saber como se conseguiu recursos para a Brinquedoteca. A essa  
204 última questão, Prof. Daniel V. respondeu que foi seguido o mesmo fluxo, por meio  
205 das chefias, declarando também que a Direção Acadêmica e Administrativa não tem  
206 como controlar todos os pedidos de compra, que só os aprova, mas não pode fazê-los  
207 pelos Departamentos e que tais procedimentos são de conhecimento de todas as  
208 chefias. Lamentou o fato de o Departamento de História não ter feito o pedido de  
209 compra, mas lembrou que, na ocasião, houve aviso de que até a prioridade quatro, das  
210 seis prioridades listadas, seriam atendidas e houve o uso máximo da verba. Disse, por

211 fim, que devem ser criados mecanismos para evitar que a situação se repita e que os  
212 requerentes monitorem seus pedidos de compra. Prof.<sup>a</sup> Claudia Plens insistiu que o  
213 Departamento não foi comunicado, apesar de terem procurado a Direção  
214 Administrativa. Prof. Daniel V. pediu a ela que o Departamento de História fosse  
215 comunicado do que foi debatido e decidido na Congregação e que, permanecendo  
216 dúvidas, poderia ser aberto um processo de sindicância para apuração de  
217 responsabilidades. Enfatizou que o diálogo é a maneira mais adequada para a busca de  
218 soluções e não a cultura das tensões e dos dissensos. Prof.<sup>a</sup> Claudia Panizzolo, com a  
219 palavra, esclareceu que a verba para a Brinquedoteca foi acordada em reunião dos  
220 chefes de Departamento com a Direção Acadêmica, quando foram listadas as  
221 prioridades de gastos. Nesse momento o representante discente Arthur Biu, com a  
222 palavra, pediu alguns esclarecimentos sobre a proposta orçamentária para 2015 e de  
223 onde veio o acréscimo do orçamento de 2014, bem como sobre o transporte: perguntou  
224 sobre o compromisso da EMTU de haver um reforço nas linhas existentes e questionou  
225 a real gratuidade do transporte com o novo passe estudantil, já que são 40 cotas  
226 mensais – se o aluno gasta duas cotas para ir e duas para voltar, elas terminam em 10  
227 dias. Quanto ao critério socioeconômico, disse que se considera a renda bruta dos  
228 estudantes e não a líquida; disse que não há moradia estudantil e que isso não é levado  
229 em consideração. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi sugeriu que a Direção coloque no site do campus  
230 uma pesquisa, perguntando aos alunos se conseguiram a gratuidade ou não, para  
231 melhor embasamento nas conversas com a EMTU. Prof.<sup>a</sup> Rita lembrou que, a despeito  
232 da suspensão das diárias e passagens até a aprovação da LOA (Lei Orçamentária  
233 Anual), as demandas continuam surgindo e perguntou como poderemos administrar  
234 essa penúria futura de forma equânime, ou seja, como organizar o fluxo da verba  
235 quando esta chegar, de forma que todos se sintam contemplados. Prof. Daniel V., em  
236 resposta a Arthur Biu, esclareceu que a proposta orçamentária é somente uma previsão  
237 e que o orçamento de 2015 ainda será votado; quanto ao acréscimo de 2014, veio de  
238 verbas suplementares, de Planos de Trabalho negociados diretamente no MEC pela  
239 Reitoria. Quanto à cota nos transportes, disse que é necessário esclarecer com a EMTU,  
240 mas crê que sejam bilhetes separados para ônibus e metrô; quanto ao critério  
241 socioeconômico, é o que está na lei – trata-se da relação do estudante com a EMTU,  
242 que se inicia com o preenchimento do formulário e entrega na Secretaria. Prof.<sup>a</sup>  
243 Marineide Gomes, com a palavra, lembrou que todas as orientações dadas partem da lei  
244 e que amanhã haverá oportunidade para esclarecimentos na reunião com a EMTU e  
245 que a contagem das viagens tem por base a informação de origem-destino que o  
246 estudante declara quando da solicitação do passe. Prof. Daniel V., em resposta ao  
247 questionamento da Prof.<sup>a</sup> Rita, disse que com crise ou sem crise nossos pedidos nunca  
248 são plenamente atendidos e que continuaremos a fazer nossas previsões orçamentárias  
249 com base nas necessidades, como sempre fizemos. Convidou, a seguir, o Prof. Edson  
250 Teles a dar informe sobre a **editora da FAP**. Prof. Edson, com a palavra, fez um breve  
251 histórico sobre a editora: criada em 1998, tem mais de 100 títulos publicados, a maior  
252 parte na área de Humanas e dentre esses, grande parte é de autoria de professores do

253 campus. Relatou que não há mais dinheiro para a publicação de livros, pois a verba foi  
254 toda cortada e que apesar de terem feito projeto com a FAPESP e tenham conseguido  
255 seiscentos mil reais, essa verba deve se esgotar em agosto. Para além das crises da  
256 instituição e da Educação como um todo no país, essa tem aspecto particular, já que a  
257 FAP não tem valor positivo como editora dentro da Universidade; houve corte de  
258 pessoal e não aprovação de bons trabalhos para publicação por parte do Conselho  
259 Editorial, por falta de verba. A solução encontrada foi fazer parcerias com outras  
260 editoras universitárias e pedido de auxílio para a FAPESP a cada publicação, para não  
261 mexer na verba anteriormente concedida. A publicação de livros eletrônicos, com  
262 acesso livre para a difusão do conhecimento, também tem se apresentado como  
263 alternativa, que depende do apoio dos *campi* e da Pró-Reitoria de Pesquisa. Prof. Edson  
264 Teles disse, por fim, que a editora tem uma coordenação provisória e que o campus São  
265 Paulo não tem representação. Devido ao adiantado da hora, Prof. Daniel V. pediu um  
266 resumo desse informe, por escrito, ao Prof. Edson Teles, com mais detalhes. Prof.  
267 Carlos Bello, membro do Conselho Fiscal da FAP, informou que apesar dos problemas  
268 financeiros há transparência nas contas e aproveitou o momento para observar que,  
269 com relação ao que foi dito no CONSU sobre a situação orçamentária da Unifesp, crê  
270 que deva haver uma ação bastante forte de toda a Universidade, tanto no âmbito da  
271 pressão ao Governo Federal quanto no âmbito interno. Por exemplo, nossa reforma do  
272 Arco tem que acontecer, por isso é necessário que a Reitoria se engaje também e se não  
273 nos organizarmos, receberemos migalhas. Foi dado, então, o último informe, a nota de  
274 pesar do Programa de Pós-Graduação em História e da Direção Acadêmica sobre o  
275 falecimento, ocorrido em dezembro de 2014, de Luís Frederico Lopes Santos, ex-aluno  
276 e pesquisador bastante promissor. Prof. Daniel V. concluiu a sessão de informes  
277 dizendo que esse é um momento em que deve haver muita solidariedade no contexto  
278 delicado que vivemos. Passou-se então à ordem do dia. O primeiro ponto da pauta:  
279 **Aprovação da ata da reunião ordinária do mês de dezembro**, que foi aprovada por  
280 unanimidade. O ponto seguinte: **Homologação da nova coordenação do NAE –**  
281 **Guarulhos:** Prof. Daniel V. apresentou a assistente social Mariana Puridade, indicada  
282 pela Direção Acadêmica e homologada pela PRAE, pelo compromisso que tem  
283 apresentado com o trabalho desde que chegou ao campus, há seis meses. A  
284 homologação foi aprovada por unanimidade e Prof. Daniel V. deu as boas vindas à  
285 nova coordenadora. O terceiro ponto da pauta: **Homologação da aprovação *ad***  
286 ***referendum* da contratação de professores visitantes do Departamento de Letras.**  
287 Prof. Daniel V. explicou que houve um compromisso da Direção Acadêmica com o  
288 Departamento de Letras de fazer a aprovação *ad referendum* para atender a uma  
289 demanda do Programa Idiomas sem Fronteiras. Informou que esse Programa foi  
290 assumido pela Reitoria com o governo federal e será coordenado pelo Departamento de  
291 Letras. A Direção Acadêmica só veio a saber desse processo quando os professores já  
292 haviam sido selecionados. Salientou que deve-se evitar fazer esses procedimentos, uma  
293 vez que tais aprovações são uma atribuição importante da Congregação. Posta em  
294 votação, a homologação foi aprovada por unanimidade. O quarto ponto da pauta:

295 **Aprovação das propostas de novos cursos**, foi debatido junto com o quinto:  
296 **Encaminhamento das informações para o PDI 2016-2020 (kit Guarulhos –**  
297 **Proplan)**. Quanto ao PDI, Prof. Daniel V. esclareceu que mesmo com o  
298 encaminhamento do kit para a Proplan as discussões podem continuar e que serão  
299 mantidos os pedidos que não foram contemplados. Há uma diretriz geral de mexer  
300 muito pouco no documento e o entendimento de que o mesmo poderia ser enviado,  
301 respeitando o que foi pedido antes pela Proplan. Sugeriu a aprovação prévia do kit  
302 como está, com as alterações “cirúrgicas” que foram enviadas e com as intenções  
303 vindas dos diferentes setores, com o compromisso de retomar a discussão dessas  
304 intenções com mais tranquilidade posteriormente, o que vale para o ponto quatro  
305 também. Prof.<sup>a</sup> Rita, com a palavra, perguntou como seria encaminhada a votação dos  
306 novos cursos, em bloco ou separadamente, e quanto ao PDI, questionou se não haveria  
307 tempo de retificar o documento a tempo de enviar com os ajustes demandados, ao que  
308 Prof. Daniel V. respondeu que a proposta é encaminhar como está para depois enviar o  
309 material consolidado, já que os Departamentos fizeram o debate um pouco tarde. Prof.<sup>a</sup>  
310 Leticia Squeff declarou que realmente há ajustes a serem feitos por conta de pedidos de  
311 adendos do Departamento de História da Artes. Prof.<sup>a</sup> Liana de Paula informou que o  
312 Departamento de Ciências Sociais ainda está discutindo o PDI e que tinha uma questão  
313 importante, que impacta em quanto dinheiro teremos nos próximos anos: com relação  
314 ao Plano Plurianual (PPA), o Departamento gostaria de saber se o MEC ainda não  
315 havia dado nenhuma recomendação sobre o assunto e se a Proplan deu alguma  
316 indicação de que há uma relação entre as demandas que estamos mandando com o kit  
317 do PDI e o PPA. Quanto à votação dos novos cursos, como aconteceu separadamente  
318 no Departamento, pediu que assim fosse feito também na Congregação. Prof.<sup>a</sup> Claudia  
319 Panizzolo declarou que no Departamento de Educação os novos cursos foram  
320 discutidos separadamente e expressou preocupação com relação à infraestrutura e  
321 pessoal, questionando até que ponto esse documento que está sendo enviado à Proplan  
322 é prioritário para o PDInfra, pois a impressão que se tem é que as questões foram para  
323 o PDInfra mas não foram discutidas – novas demandas apareceram e seria importante  
324 consultar o arquiteto do campus, pois com relação a laboratórios e outros espaços, não  
325 coincidem as demandas. O representante administrativo Wellington V. gostaria que se  
326 questionasse a Proplan acerca de como se procederá em relação ao que foi pedido e não  
327 foi atendido. Caso a resposta seja replanejar tudo, o COTAG ficaria contente com 180  
328 técnicos, pois considerar a aprovação de novos cursos sem aprovar novos técnicos seria  
329 muito difícil do ponto de vista do trabalho. Prof.<sup>a</sup> Rita disse que o Departamento de  
330 Letras reconhece o valor, energia e disposição do arquiteto no atendimento às  
331 demandas, de forma direta aos interessados e não por e-mail como aconteceu durante o  
332 recesso – entretanto, entende que ele deve ser orientado a centralizar as comunicações e  
333 demandas que nele chegam nos responsáveis pelos Departamentos, pois falar com cada  
334 professor em particular pode gerar um ruído desnecessário, já que as chefias e  
335 coordenações é que devem articular as discussões. Prof.<sup>a</sup> Arlenice Silva declarou que o  
336 Departamento de Filosofia tem poucas informações sobre os novos cursos e pediu



337 votação em separado. Prof. Carlos Bello expressou sua preocupação de haver uma  
338 discussão do PDI a sério antes mesmo do PDInfra, priorizando a ocupação de espaços.  
339 Prof.<sup>a</sup> Liana reforçou a fala do Prof. Carlos, lembrando que houve a recomendação, na  
340 reunião do Departamento, de colocar o PDI e o PDInfra para dialogar, já que um  
341 impacta no outro; quanto ao trabalho da CEFIAI, disse que o arquiteto está buscando,  
342 nessa fase, entender as demandas dos Departamentos e Setores. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi disse  
343 que a CEFIAI está discutindo a reforma do Prédio do Arco e Prof.<sup>a</sup> Liana declarou que  
344 a orientação para os grupos de estudo é se concentrar na reforma do Prédio do Arco.  
345 Prof. Daniel V., com a palavra, disse que o documento que temos é geral e que  
346 continuamos prevendo o que está nesse documento a ser enviado à Proplan, como os  
347 grandes equipamentos. Fez então uma sugestão de encaminhamento: enviar o kit com  
348 essa previsão, mas continuar conversando sobre os detalhes, concentrando-se nesse  
349 momento no essencial, pois nem todas as questões precisam ser discutidas agora e o  
350 trabalho deve continuar, tirando assim o caráter definitivo dessa primeira planilha a ser  
351 enviada. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi defendeu que aprovemos em regras gerais o que está aqui,  
352 mas que deve ficar claro que conteúdos específicos, como o edifício dos laboratórios,  
353 serão definidos apenas após o levantamento feito pela CEFIAI. Prof.<sup>a</sup> Liana disse que  
354 há um pedido do Departamento de Ciências Sociais de que nos nomes dos laboratórios  
355 apareça o nome “pesquisa” e que a criação de um edifício de pesquisa tem um impacto  
356 nos recursos humanos e na relação com os grupos de pesquisa existentes. Prof. Daniel  
357 V., retomando a questão da Prof.<sup>a</sup> Liana sobre o PPA, informou que não sabe se o MEC  
358 consulta todas as instituições de ensino federais e que não há, até o momento,  
359 orientação da Proplan sobre isso. Afirmou que qualquer aprovação de proposta de  
360 novos cursos está condicionada à existência de recursos adicionais com relação aos  
361 recursos humanos e infraestrutura, sendo necessárias repactuações. Colocou então em  
362 votação o encaminhamento de que os novos cursos seriam votados em bloco para haver  
363 mais tempo para a discussão e com 12 votos contrários, 8 a favor e 2 abstenções ficou  
364 decidido que cada curso seria votado separadamente. O representante técnico  
365 Wellington V. disse que o COTAG considerou que o número de técnicos  
366 administrativos é insuficiente para tais cursos, sendo diferente inclusive do  
367 recomendado pelo MEC; e que esse é o momento de discutir – se na configuração  
368 proposta for mantida o número de técnicos, o posicionamento do COTAG é um, se  
369 houver mudança, é diferente. Prof. Daniel V. declarou que considera que com 183  
370 técnicos daríamos conta do trabalho e que é difícil prever se haverá mais que isso. Prof.  
371 Odair Paiva pediu a palavra para dar alguns esclarecimentos sobre o GT Expansão e os  
372 três cursos propostos pelo Departamento de História: na proposta enviada, chegou-se a  
373 um número de 30 alunos por cursos, em apenas um turno, a definir; as projeções não  
374 foram aleatórias, foram feitas pesquisas no MEC e nas matrizes curriculares de  
375 universidades federais, chegando-se à conclusão de que os números foram adequados.  
376 Declarou que o GT precisa do apoio da Congregação para a criação dos novos cursos a  
377 fim de que o debate avance para chegar até a Prograd; não se pode abrir cursos sem um  
378 respaldo, uma infraestrutura, em meio a incertezas. Se a Congregação der o sinal verde

379 é porque considera que os cursos são interessantes para o campus e nesse caso ele se  
380 compromete a juntar os professores interessados para elaborar um cronograma de  
381 trabalho. Disse que o que está proposto no caso dos cursos de Museologia,  
382 Arquivologia e Arqueologia são 20 ou 25 docentes por curso e 5 técnicos – se disserem  
383 que é necessário mais, o número pode mudar; também está delineado que, no início, os  
384 cursos serão congregados em um novo Departamento a ser criado, não se atrelando a  
385 nenhum dos existentes e se, mais para frente, for decidido que devem ser  
386 Departamentos separados, redesenha-se. Prof.<sup>a</sup> Maria Rita observou que os números  
387 não estão na Minuta. Wellington V. declarou que os questionamentos dos técnicos não  
388 significam oposição e que são a favor da expansão, mas precisam de condições de  
389 trabalho. Disse que o Prof. Odair respondeu a questão do COTAG ao dizer que há  
390 abertura para aumentar o número de técnicos, mas lembrou que no PDI anterior falou-  
391 se em 183, mas chegamos a 89, de maneira que não há como trabalhar. Atualmente  
392 temos 6 cursos de Graduação, 7 programas de Pós-Graduação, alguns trabalhando com  
393 apenas um servidor e se formos prever mais técnicos serão 10 por curso. O  
394 representante administrativo Adriano Araújo reforçou que os técnicos não são contra a  
395 expansão, mas já houve muito crescimento sem os ajustes adequados; não viu no  
396 documento o critério usado pelo MEC e perguntou como votar pelo crescimento se  
397 nesse momento já estamos aquém do critério; todos os setores já estão sobrecarregados  
398 e novos cursos trazem também outras demandas, como mais moradia e restaurante.  
399 Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi deu razão aos técnicos e pede que a votação seja vinculada às  
400 orientações do MEC quanto ao número de técnicos por ele recomendado. Prof.<sup>a</sup> Liana  
401 pediu para que se confirmasse, antes da votação, o entendimento de que os novos  
402 cursos serão vinculados a um novo Departamento. Prof.<sup>a</sup> Francine W., com a palavra,  
403 disse que o Departamento de Letras havia entendido que são duas Minutas e que as  
404 dúvidas sobre os três cursos propostos pelo Departamento de História foram  
405 esclarecidas, mas que precisavam de mais esclarecimentos sobre o curso de Direito.  
406 Considera que as informações são insuficientes e o Departamento gostaria de saber  
407 com quem se dá a interlocução. Prof. Daniel V. respondeu que o Prof. Fernando  
408 Andrade, do Departamento de Filosofia, foi indicado pela Congregação para isso e que  
409 todos receberam a justificativa do GT responsável pela sugestão desse novo curso e  
410 tiveram a oportunidade de debater nos Departamentos a esse respeito. Procedeu-se,  
411 então, à votação dos novos cursos de Arqueologia, Arquivologia e Museologia que  
412 foram aprovados com três abstenções cada; o curso de Direito teve dezessete votos  
413 favoráveis, quatro contrários e três abstenções, ficando condicionada tal expansão às  
414 condições de infraestrutura e recursos materiais, humanos, físicos e financeiros  
415 necessários. A seguir, encaminhou-se a votação do kit PDI 2016-2020 com a inclusão  
416 da creche comunitária e do edifício de pesquisa anexo à Pós-Graduação. A proposta foi  
417 aprovada com 3 abstenções. Prof. Daniel V., então, devido ao adiantado da hora,  
418 propôs que o que for necessário aprovar por questão de prazo seja feito *ad referendum*  
419 e que seja marcada reunião extraordinária para tratar das demais questões. Prof.<sup>a</sup> Ana  
420 Nemi informou que o sexto ponto da pauta – **Sugestões à Minuta de Resolução para**

421 **Promoção para classe D** – precisará seguir para o Consu. Prof. Daniel V. disse que a  
422 Congregação poderia aprovar com as mesmas observações que foram feitas para  
423 professor titular, mas que prefere pedir um tempo para a presidência do Consu para que  
424 o debate não ocorra na próxima reunião – caso não seja concedido, ele vai defender no  
425 Consu o que já foi discutido no campus. Informou, por fim, que a Reunião  
426 Extraordinária da Congregação ocorrerá ainda esse mês. Prof.<sup>a</sup> Maria Rita disse que  
427 não é possível ser no dia 12 de março, pois é dia de reunião da Câmara de Pós-  
428 Graduação e Pesquisa. Prof.<sup>a</sup> Rita informou que o Departamento de Letras tem muitas  
429 dúvidas acerca dos setores para flexibilização da jornada de 30 horas e que não foi  
430 discutida na reunião do Conselho da última semana porque não sabiam que seria  
431 apreciado na Congregação. Prof. Daniel V. declarou que também não se sentia à  
432 vontade para aprovar *ad referendum* um tema dessa importância. O representante  
433 técnico Wellington V. informou que a documentação foi enviada no prazo hábil,  
434 lembrando que a secretária do Departamento de Letras esteve na reunião do COTAG e  
435 sabia que o assunto seria ponto de pauta hoje. O técnico Adriano Araújo, da  
436 coordenação da Comissão das 30 horas, colocou-se à disposição para fazer uma  
437 reunião com todos os interessados para esclarecimentos, reforçando que as propostas  
438 foram submetidas entre novembro e dezembro do ano passado, tempo mais do que  
439 suficiente para tirar dúvidas. Prof. Daniel V. pediu que todas as instâncias sejam  
440 chamadas de uma vez, para evitar que aconteçam muitas reuniões. Em seguida,  
441 informou, com satisfação, que ontem realizou-se a maior Colação de Grau do campus  
442 Guarulhos e da Unifesp, com 196 alunos, contando com a presença de docentes,  
443 técnicos administrativos, estudantes e familiares em uma grande festividade de  
444 comemoração que reuniu perto de 2000 pessoas. A reunião foi encerrada e eu,  
445 Alessandra Fernandes, secretária da Congregação, lavrei esta ata.